

ANÁLISE DOS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Andrelisa Goulart de Mello

Universidade Federal de Santa Maria
andrelaizes@gmail.com

Ticiane Arruda da Silva

Universidade Federal de Santa Maria
ticianearrudadasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os CME assumem na contemporaneidade papel relevante para gestar e efetivar democraticamente a educação em nível local, assumindo dimensão política como “órgãos de representatividade social e deliberação plural, espaço privilegiado para estabelecer o contraponto da deliberação singular do Executivo” (BORDIGNON, 2009, p. 53). Assim, o conselho de educação estabelece relações de cooperação nos municípios, preocupando-se com as diferentes problemáticas que envolvem a realidade escolar local, tais como: acompanhamento do processo que engloba os índices de matrículas, aprovações, reprovações e evasões; ações voltadas para a democratização do acesso e permanência escolar, entre outros.

Por outro lado, o CME também desenvolve ações vinculadas a criação e [re]estruturação dos seus conselhos, com o intuito de organizar e estabelecer a atualização e cumprimento das suas respectivas funções. É a partir dessas relações políticas de democratização da gestão educacional, que este estudo tem por objetivo identificar os aspectos teórico-metodológicos do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação na modalidade de Educação a Distância (EaD), desenvolvido por uma Instituição de Ensino Superior (IES), pública, no Estado do Rio Grande do Sul.

É pertinente destacar que o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) foi criado pela Portaria Ministerial nº 3.272, de 6 de novembro de 2003, com o intuito de fomentar a participação e a formação da sociedade nos aspectos referentes a estrutura organizativa dos Conselhos Municipais de Educação no que tange à fiscalização, normatização, consulta, deliberação e mobilização democrática de gestão educacional nos diferentes municípios dos Estados brasileiros (BRASIL, 2003).

No ano de 2009, o curso passou da modalidade presencial para a modalidade à distância, sendo que o projeto foi planejado para ser realizado na modalidade à distância com a finalidade de aproximar as relações teóricas com a prática profissional exercida pelos Conselheiros Municipais de Educação e, sobretudo, para dar maiores oportunidades de acesso à formação continuada aos Conselheiros de Educação e Técnicos de Secretarias Municipais de Educação. Segundo o Guia de Diretrizes do curso de formação continuada, esse tipo de formação pretende fortalecer “[...] os CME enquanto um lócus de mediação significativa entre a sociedade e o poder público, por meio da institucionalização da formação continuada à distância dos conselheiros” (BRASIL, 2009a, p. 9).

Neste sentido, este trabalho está organizado para abordar as principais características teórico-metodológicas apresentadas a partir da análise estrutural do curso de formação continuada de Conselheiros Municipais de Educação, disponibilizado virtualmente através de módulos e materiais de estudos organizados na plataforma Moodle.

O estudo foi pautado pela metodologia quanti-qualitativa, do tipo pesquisa participante. Essa instrumentação metodológica proporcionou uma interação entre pesquisador e o contexto da pesquisa (SEVERINO, 2007). Nesse sentido, destacamos como lócus de pesquisa o ambiente virtual de ensino-aprendizagem Moodle, das duas primeiras edições do curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação a distância (2013-2014) no Rio Grande do Sul e nos seguintes documentos orientadores do curso: Guia de Diretrizes; Guia do professor tutor e nos cadernos temáticos que orientam os módulos de estudos disponibilizados no ambiente Moodle.

Aspectos teórico-metodológicos do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação

A estrutura curricular do curso articula três aspectos fundantes, conforme consta no Guia de Diretrizes do Programa: “[...] estrutura curricular modular; formação com base em diferentes materiais didáticos e ênfase na continuidade da formação dos conselheiros” (BRASIL, 2009a, p. 11). A organização curricular é estabelecida em cinco módulos temáticos distribuídos para serem trabalhados em 164 horas à distância e 16 horas presenciais. O objetivo do curso e dos módulos temáticos é capacitar Conselheiros Municipais de Educação.

O curso é desenvolvido no contexto da Educação à Distância, assim, os cursistas passam a interagir através das tecnologias da informação e comunicação (TICs). O uso das TICs promove a organização do curso em módulos temáticos, acompanhados por ações coletivas constituídas na sua totalidade por todos os envolvidos no curso de formação continuada, tais como educadores; coordenadores locais, professores supervisores, tutores, conselheiros e todos responsáveis “[...] pela atuação pedagógica necessária para o desenvolvimento das diferentes etapas do curso na modalidade a distância” (BRASIL, 2009b, p. 43).

Assim, o primeiro aspecto teórico-metodológico de estudo do módulo um trata da “Educação e Tecnologia” considerando as questões sobre o processo tecnológico no espaço escolar seus desafios e limitações. Em um segundo momento, o curso de

formação continuada de Conselheiros Municipais de Educação chama a atenção para outros aspectos: concepção, estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, assunto que é tratado no módulo dois. Para dar conta desses aspectos, discute-se, as principais características, funções, estrutura e objetivos dos Conselhos de Educação, proporcionando diálogos sobre a importância da regulamentação e atuação dos Conselhos sob a perspectiva da democratização da gestão e participação da sociedade civil no ensino público (BRASIL, 2009c).

É de suma importância incorporar a cultura da participação no espaço de gestão educacional brasileira e, no caso dos Conselhos, é imprescindível que ocorra o processo de colaboração, além de ter conhecimento sobre a legislação e funções do CME, tais como: consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora.

A reflexão crítica sobre as funções e a prática dos CMEs interage dialeticamente com a teoria disponibilizada nas ações virtuais do curso de formação de conselheiros, transcendendo esse espaço para além da tecnologia, provocando transformações e intenções construtivas nas instâncias administrativas dos conselhos municipais; uma perspectiva de democratização e emancipação.

Para fomentar esse contexto de atuação, democratização e emancipação, são organizadas temáticas de estudos, que fornecem subsídios para a atuação do conselheiro, disponibilizando aos cursistas textos que abordam e revisam a legislação brasileira, bem como, aprofundam o debate sobre a constituição e consolidação do CME e suas articulações com as políticas públicas, essas temáticas são diluídas e tratadas nos módulos três e quatro.

A partir das reflexões conceituais e teóricas tratadas nos módulos um, dois, três e quatro, articula-se, como proposta final do curso, o módulo cinco. Neste módulo os cursistas tem a possibilidade de revisar as principais temáticas abordadas durante todo o curso, além de organizar a interlocução entre a teoria e a prática, pois os cursistas são incentivados a produzirem um projeto integrador, ou seja, precisam estabelecer relações com os conteúdos estudados nos módulos anteriores com a prática cotidiana das funções

dos conselheiros, considerando as especificidades locais dos seus municípios de forma contextualizada (BRASIL, 2009e).

O desenvolvimento do projeto integrador compõe a avaliação do curso, juntamente com os pareceres de atividades e de ações individuais e coletivas, que permeiam toda a sistematização didática-pedagógica do ambiente virtual de aprendizagem. Esse ambiente virtual, também, traz como recurso teórico-metodológico os fóruns como um dos instrumentos de comunicação e interação entre os diferentes cursistas e municípios, proporcionando uma totalidade de troca e experiências com diferentes localidades do Rio Grande Sul.

Nesse sentido, o curso de Formação de Conselheiros Municipais de Educação constitui-se num espaço de socialização e construção conceitual de questões pertinentes ao cotidiano das funções dos conselheiros e respectivos municípios, desenvolvido na perspectiva da construção de relações de autonomia, participação e de mediação entre a teoria e a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se apresentar a importância da política de democratização da gestão educacional, em especial o Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) que se constitui um dos mecanismos dessa política e que incentiva as IES a promoverem o curso de Formação Continuada a Conselheiros Municipais de Educação em cooperação técnica com a SEB/MEC, UNCME, UNDIME e municípios. Percebemos que programas e projetos como esses se apresentam cada vez mais emergente por uma necessidade cada dia maior de se adquirir conhecimento.

A capacitação dos membros dos Conselhos Municipais de Educação constitui-se teórico-metodológico em espaço de formação continuada que defende os princípios da gestão democrática educacional a partir de princípios de participação, coletividade, autonomia, transparência e descentralização do poder.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Guia de diretrizes.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 a.

BRASIL. **Educação e tecnologia.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 b.

BRASIL. **Concepção, estrutura e funcionamento:** caderno 1 – o contexto de atuação, natureza e organização dos Conselhos Municipais de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 c.

BRASIL. **Conselho Municipal e suas articulações com as políticas públicas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 d.

BRASIL. **Projeto Integrador.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009 e.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.